

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 10, número 1 (2019)
ISSN: 2177-2886

Artigo

A Construção Social de Mulheres no Programa Mulheres Mil: Olhares dos Agentes Implementadores

*La Construcción Social de la Mujer en el Programa
Mujeres Mil: Miradas de los Agentes Implementadores*

*The Social Construction of Women in the Thousand
Women Program: The Implementing Agents' View*

Elisabete Corcetti

Instituto Federal do Espírito Santo – Brasil
tutortcc.elisabete@gmail.com

Maria das Dores Saraiva Loreto

Universidade Federal de Viçosa – Brasil
mdora@ufv.br

Como citar este artigo:

CORCETTI, Elisabete; LORETO, Maria das Dores Saraiva . A Construção Social de Mulheres no Programa Mulheres Mil: Olhares dos Agentes Implementadores. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 146-164, 2019. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

A Construção Social de Mulheres no Programa Mulheres Mil: Olhares dos Agentes Implementadores

La Construcción Social de la Mujer en el Programa Mujeres Mil: Miradas de los Agentes Implementadores

The Social Construction of Women in the Thousand Women Program: The Implementing Agents' View

Resumo

O objetivo do artigo é analisar as lógicas, os pressupostos e as crenças presentes no contexto do Programa Mulheres Mil, verificando como as mulheres são representadas pelos agentes implementadores do programa. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseou-se na proposta transdisciplinar, que dialoga os princípios epistemológicos dos estudos discursivos críticos de Fairclough, Chouliaraki e Fairclough, combinados com os modelos analíticos de implementação de políticas públicas. Os resultados evidenciaram que os elementos do policy design do Programa Mulheres Mil, pautados em construções sociais e culturas institucionais, atuaram de forma decisiva nas estruturas de implementação da política. Recomenda-se a reestruturação do programa, principalmente com relação à metodologia escolhida para implementá-lo.

Palavras-Chave: Construção Social; Agentes e Estruturas de Implementação; Análise de Discurso Crítica.

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar las lógicas, las presuposiciones y las creencias presentes en el contexto del Programa Mujeres Mil, verificando como las mujeres son representadas por los agentes implementadores del programa. La investigación, es de naturaleza cualitativa, basándose en la propuesta transdisciplinaria, que dialoga los principios epistemológicos de los estudios discursivos críticos de Fairclough, Chouliaraki y Fairclough, combinados con los modelos analíticos de implementación de políticas públicas. Los resultados evidenciaron que los elementos del Policy Design del Programa Mujeres Mil, pautados en las construcciones sociales y culturas institucionales, actuaron de forma decisiva en las estructuras de implementación de la política. Se recomienda la reconstrucción del programa, principalmente con relación a la metodología escogida para implementarla.

Palabras-Clave: Construcción Social; Agentes y Estructuras de Implementación; Análisis de Discursos Crítico.

Abstract

The aim of this work is to analyze the logics, assumptions and beliefs in the context of the Thousand Women Program, verifying how women are represented by the implementing agents. This qualitative research was based on the transdisciplinary proposal, which discusses the epistemological principles of the critical discourse studies, authored by Fairclough, Chouliaraki and Fairclough, combined with the analytical models for the implementation of public policies. The results showed that the policy design elements of this program, based on social integration and institutional cultures, performed a decisive role in the policy implementation structures. Restructuring the program is recommended, mainly with regard to the methodology chosen to implement it.

Keywords: Social Construction; Agents and Implementation Structures; Critical Discourse Analysis.

Elisabete Corcetti, Maria das Dores Saraiva Loreto



Introdução

Por influência de organizações feministas, o Banco Mundial adotou uma estratégia de promoção da equidade de gênero no espaço privado e público, como premissa para a redução da pobreza (SORJ; GOMES, 2011). No Brasil, o governo desenvolveu esforços que foram intensificados pela criação, a partir de 2003, da Secretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres (SPM). Esses compromissos também se materializaram nos Planos Nacionais de Políticas Para as Mulheres em 2004, 2008 e 2013.

Dentre as estratégias de inclusão social emerge o Programa Mulheres Mil, que foi implementado, no ano de 2005, no Nordeste, como esforço de o governo fomentar a inclusão social e a equidade de gênero, na tentativa de superar as dificuldades relacionadas à renda, à baixa escolaridade e à tripla jornada de trabalho de mulheres em risco de vulnerabilidade social (BRASIL, 2012).

O programa foi decorrente da cooperação internacional Brasil-Canadá – Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para a Promoção da Equidade (PIPE) –, sendo concebido e estruturado a partir dos conhecimentos desenvolvidos pelos *Community Colleges* Canadenses, em suas experiências de promoção da equidade, de atendimento às populações desfavorecidas e do desenvolvimento da Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP) (BRASIL, 2012).

O programa se estrutura em torno do sistema de acesso, permanência e êxito, nos quais os serviços de acesso incluem ações de busca das alunas, composição da infraestrutura, ingresso e acolhimento. Para viabilizar o acesso das mulheres no programa, um escritório de acesso deve ser estruturado e uma equipe multidisciplinar deve ser montada e capacitada para o programa. As equipes multidisciplinares são estruturadas e formadas por assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, docentes, assistentes administrativos, pedagogos, educadores e gestores, além de parceiros externos aos Institutos Federais, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (BRASIL, 2012).

Os Institutos Federais estruturam a proposta curricular do programa a partir da análise e aproveitamento dos conhecimentos prévios que essas mulheres trazem de suas vidas. A aplicação da identificação dos saberes é alicerce para desenvolver o mapeamento dos conhecimentos preliminares das mulheres, bem como para identificar os objetivos acadêmicos, o desenho dos itinerários formativos e a qualificação para geração de emprego e renda (BRASIL, 2012).

O programa desenvolve-se a partir de um módulo educacional central, podendo abarcar cursos, oficinas e projetos integrados que abrangem o português, a matemática aplicada, a informática e a informática aplicada, os idiomas de inglês e espanhol, as artes, os esportes, a qualidade de vida, a saúde e o meio ambiente, a cidadania e os direitos das mulheres, o empreendedorismo, o cooperativismo e a economia solidária, a gestão sustentável das unidades de produção e de comercialização, o comportamento sustentável e as relações humanas (BRASIL, 2012).

A primeira turma do programa foi desenvolvida no Estado do Rio Grande do Norte, em 2005, em caráter experimental, e sua expansão foi iniciada em

2007, baseando-se na avaliação positiva dos parceiros envolvidos no programa. Essa expansão teve as suas ações focadas nas regiões Norte e Nordeste, totalizando 13 projetos-piloto, que beneficiaram 1.191 mulheres entre 2007 e 2010. Nessa primeira fase, foram oferecidos cursos de conservação, congelamento e preparo de alimentos, artesanato, artesanato/biojóias, culinária, cozinha e governança, camareira, cuidadora domiciliar e corte e costura (BRASIL, 2011).

Entre 2011 e 2013, o Programa Mulheres Mil esteve presente em 112 unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e tecnológica e beneficiou 10 mil brasileiras. Nessa fase, o programa optou, na maioria, por cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com duração entre 160 e 200 horas (BRASIL, 2011).

A partir de agosto de 2013, por meio do ofício circular 51/2013 – DIR/SETEC/MEC, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) passou a integrar o Programa Nacional Mulheres Mil, contemplando 100.718 mulheres entre 2008 e 2016. Os múltiplos saberes das mulheres, suas histórias, seus aprendizados e suas vivências permaneceram como pilares para a qualificação profissional e a sua inserção no mercado de trabalho (SETEC, 2017).

Contudo, o Programa Mulheres Mil demonstrou limitações para o pleno alcance dos objetivos propostos, como pontuam Braga (2011), Oliveira (2013), Ribeiro (2013), Lagos (2014), Araújo (2015), Mendes e Silva (2015), Nascimento (2015), Pereira (2015), Teles (2015), Gois (2016) e Ferreira (2016). Segundo essas pesquisas, a política proporcionou aumento da autoestima, considerável processo de mudança interpessoal e intrapessoal, visibilidade social na área educacional e maior participação das egressas na comunidade local; todavia, não foi capaz de alterar o cenário de vulnerabilidade em que se encontravam as mulheres participantes da política; ou seja, ele não contribuiu de maneira significativa para a sua mobilidade social.

Constatou-se que os cursos foram selecionados muito mais em função dos conhecimentos prévios das alunas do que nas possibilidades locais de trabalho, dificultando o ingresso no mercado de trabalho (ALTOÉ; SILVA, 2017). A figura da mulher ligada à domesticidade, a privacidade, ao conforto e ao bem estar da família foi naturalizada durante séculos e é um dos pressupostos do desenho do programa (RYBCZYNSKI, 1996).

Assim, este artigo busca responder à seguinte questão: Como os componentes simbólicos do *policy design*, pautados nas construções sociais, atuaram na implementação do Programa Mulheres Mil? Para tanto, o objetivo desse estudo é analisar as lógicas, os pressupostos e as crenças presentes no contexto da implementação do Programa Mulheres Mil, verificando como as mulheres são representadas pelos agentes implementadores do programa.

Referencial Teórico

As pesquisas sobre implementação tornaram-se emergentes a partir de 1970. Hargrove (1975) escreveu o *'Missing Link'* no estudo de processos políticos e Pressman e Wildavsky (1973) influenciaram o subcampo com a

publicação de *'Implementation'* (HILL; HUPE, 2009). A maioria dos estudiosos no subcampo da implementação como O'Toole, Sabatier, McLaughling, Van Horn e Goggin descreve um cenário similar do trabalho passado e sugerem caminhos similares para os estudos futuros (MATLAND, 1995).

Segundo Pressman e Wildavsky (1973), as políticas tornam-se programas quando, por meio de ações das autoridades governamentais, as condições iniciais para a implementação são criadas. Implementação, então é a capacidade de estabelecer ligações subsequentes na cadeia causal, de modo que se obtenham os resultados desejados. Uma vez que os recursos estejam empenhados, a legislação tenha sido aprovada e os acordos locais tenham sido acertados, a tarefa é construir os meios para que as propostas de políticas não sejam abortadas. Implementação para os autores significa o que Webster e Roget escreveram sobre o conceito: realizar, efetuar, cumprir, produzir e completar a política. A política, para os mesmos autores, é tratada como uma declaração de metas e objetivos.

Para Mazmanian e Sabatier (1983), a implementação é o cumprimento de uma decisão política básica, geralmente proveniente de leis, mas que também pode assumir a forma de ordens executivas ou decisões judiciais. Idealmente, esta decisão identifica o problema a ser resolvido, estipula os objetivos a serem alcançados e numa variedade de formas, estrutura o processo de implementação. Para Silva e Melo (2000), na visão clássica da ação governamental, a implementação significa a execução de atividades que possibilitam que as ações sejam implementadas com o objetivo de alcançar as metas definidas no processo de formulação das políticas.

Contudo, as pesquisas sobre implementação evoluíram e duas perspectivas foram desenvolvidas para analisarem o fenômeno: a abordagem *'top down'* e a abordagem *'bottom-up'* (HILL; HUPE, 2009). Os teóricos da abordagem *top down* (VAN METER; VAN HORN, 1975; MAZMANIAN; SABATIER, 1981, 1983, 1989) veem a implementação relacionadas com o grau em que as ações dos agentes implementadores e públicos-alvo coincidem com os objetivos incorporados nas decisões centrais. Os pesquisadores veem os formuladores da política como atores principais e concentram suas atenções sobre os fatores que podem ser manipulados no nível central (MATLAND, 1995).

Para Silva e Melo (2000), a abordagem *top down* centra-se na questão dos mecanismos de controle sobre os agentes implementadores para que os objetivos da política sejam alcançados. Numa abordagem menos simplista, em que a formulação e a implementação de políticas são vistas como um processo, a implementação de políticas se incorpora à análise. Em sua versão mais normativa, essa abordagem propõe que o monitoramento e avaliação das políticas sejam cogitados como instrumentos que permitam correções de direções.

Já para os defensores da abordagem *bottom-up*, como Berman (1978); Hjern e Porter (1981); Hjern (1982); e Lipsky (1978), o maior entendimento real da implementação pode ser adquirido observando a política sob o ponto de vista da população-alvo e dos atores que estão diretamente envolvidos na implementação do programa.

Segundo Matland (1995), a implementação da política ocorre em dois

níveis: no nível da macroimplementação, no qual atores centrais elaboram programas governamentais, e no nível da microimplementação, no qual organizadores locais reagem aos planos de macroníveis, desenvolvendo seus próprios programas e implementando-os. Portanto, existe uma grande variação na forma como a mesma política é implementada no nível local. Segundo os teóricos dessa abordagem, se os implementadores de níveis locais não têm liberdade para adaptarem o programa às condições locais, é provável que o mesmo falhe. Enquanto os teóricos da abordagem *top-down* têm um forte desejo de apresentarem orientações prescritivas, os teóricos da abordagem *bottom-up* enfatizam a descrição dos fatores que causaram as dificuldades para se atingir as metas estabelecidas.

Por sua vez, durante a década de 1990, muitos pesquisadores foram além do debate sobre *top-down versus bottom-up*, o que produziu estudos respaldados nos *insights* dos modelos recentes de comportamento administrativo, tais como a teoria dos jogos e modelos de comportamento do ‘agente principal’. Também surgiu uma abordagem, conceituada como escolha de instrumentos ou *policy design*, que se concentra nas ferramentas e instrumentos políticos, que se inicia com a premissa de que, independentemente de pesquisarmos o processo de implementação de forma *top-down* ou *bottom-up*, o processo de injetar substância a uma decisão governamental sempre compreende a escolha de diversas ferramentas disponíveis que podem, individualmente, dar alguma contribuição para a oferta da política (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Apesar de o *policy design* ter as suas raízes na tradição funcionalista dos estudos políticos, as lentes construcionista e comportamental foram adicionadas a esse campo de estudos por Anne Schneider e Helen Ingram no final da década de 1980, por meio da teoria da construção social de populações-alvo, como forma de compreender o processo político. A abordagem centra-se nos valores socialmente construídos aplicados às populações-alvo e os consequentes efeitos desses valores sobre as pessoas e sobre a democracia (INGRAM; SCHNEIDER; DELEON, 2007).

A Construção social é compreendida pelas autoras como diferentes maneiras de como as ‘realidades’ do mundo são moldadas e definidas. Isso incluiria as imagens, estereótipos e atribuições de valores a objetos, pessoas e eventos (INGRAM; SCHNEIDER; DELEON, 2007).

O processo de construção social da realidade produz ‘construções sociais’ que se referem aos valores e significados associados a eventos, pessoas, grupos, regiões, países ou qualquer outra situação objetiva ou subjetiva. Esses valores e significados permitem a interpretação e fornecem razões para a ação (SCHNEIDER; INGRAM, 1997).

Por sua vez, a implementação, na estrutura de design desenvolvida por Schneider e Ingram (1997), é definida como o valor adicionado ao *design*. As mudanças nas ferramentas, nas regras, nas lógicas, nas populações-alvo, nas designações de agências, nos relacionamentos entre as agências, nos objetivos ou problemas, constituem os valores agregados. Valores adicionados podem se referir a mudanças no *design* pretendido ou na política, na medida em que opera na prática. Como os *policy designs* contêm a arquitetura da política, a implementação da política pode ser medida pela diferença entre o *design* recebido e o produzido por um determinado ator no sistema. Isso inclui

mudanças nas justificativas, nas metas, nas ferramentas, nas regras ou em qualquer outro aspecto do *design*.

Segundo Schneider e Ingram (1997), os agentes são os meios para fornecer políticas públicas às populações alvo. Os agentes têm o poder ou influência para agirem com o intuito de alcançar os resultados das políticas e aplicam e criam novas ferramentas, regras e lógicas desenvolvidas para si mesmos, bem como para outros agentes na cadeia de implementação. A relação entre os agentes e as conexões com os alvos da política constituem a estrutura de implementação.

Para as mesmas autoras, a relação entre o tipo de estrutura de implementação e as condições da democracia é contingente e interativa. Os efeitos de qualquer plano de implementação dependem das condições em que a política é implementada. A mesma estrutura de implementação pode produzir efeitos bastante diferentes sob diferentes circunstâncias.

Nesse caso, as estruturas de implementação variam de acordo com a população-alvo. Para os grupos privilegiados, por exemplo, a implementação pode seguir uma versão em que as populações-alvo específicas são escolhidas pelo legislativo e determinadas por meio de projetos de lei. Já para os grupos dependentes, os políticos concederão critérios às agências para escolher, dentre as populações elegíveis, aquelas que receberão benefícios, mas as regras de elegibilidade serão rigorosamente escritas nos estatutos ou regulamentações para evitar que aqueles que não ‘merecem’ recebam os benefícios. Poderá haver pressão consistente para assegurar que os ‘merecedores’ tenham sido separados dos ‘não merecedores’ e que pessoas inelegíveis não estejam recebendo os benefícios (SCHNEIDER; INGRAM, 1997).

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho optou pelo estudo de caso qualitativo, fazendo-se uso de pesquisa documental. Os dados foram analisados à luz de uma proposta transdisciplinar, que dialoga os princípios epistemológicos dos estudos discursivos críticos de Fairclough (2000, 2001, 2003), Chouliaraki e Fairclough (1999), combinados com os modelos analíticos da implementação de políticas públicas. Adota-se essa perspectiva teórica de análise do discurso, pois se entende que “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Logo, o propósito da pesquisa é investigar as lógicas, os pressupostos e as crenças presentes no contexto do Programa Mulheres Mil, verificando como as mulheres são representadas pelos agentes implementadores do programa, de acordo com a estrutura analítica para a Análise de Discurso Crítica (ADC) de Chouliaraki e Fairclough (1999).

Assim, a análise partirá da percepção do seguinte problema: constatou-se um limitado acesso das mulheres egressas no mercado de trabalho formal, especialmente no que concerne à certificação dos saberes adquiridos nos cursos realizados, uma vez que há uma contradição entre o discurso do Programa Mulheres Mil e sua prática concreta, pois o processo de qualificação e aprendizagem tende a reforçar a formação das subjetividades femininas

associadas à domesticidade, limitando a inclusão educacional, produtiva e a equidade de gênero (ALTOË; SILVA, 2017).

Em seguida, verificar-se-ão quais são os obstáculos para que o problema seja superado ou se torne mais visível e quais as características permanentes no Programa Mulheres Mil que sustentam o problema observado (a rede de práticas), por meio de três focos de análise correlacionados: análise da conjuntura, análise da prática particular e análise de discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Por fim, identificar-se-ão maneiras para superar os obstáculos, realizando-se uma reflexão sobre a análise e abordando algumas contribuições e alcances da pesquisa.

Neste trabalho, os dados foram coletados por meio dos seguintes procedimentos: (a) seleção do corpus de análise; (b) leitura crítica; (c) identificação dos trechos mais relevantes para o objetivo da análise.

O *corpus* de análise foi constituído pela publicação intitulada ‘Mulheres Mil na Rede Federal: Caminhos da inclusão’, desenvolvido em 2011, pela SETEC/MEC. Essa publicação tem 168 páginas e foi divulgada pelo site do programa que contém os olhares dos atores que atuam no Programa Mulheres Mil, nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins, além de docentes e facilitadores dos *Colleges* Canadenses.

A escolha do informe publicitário serviu como subsídio para que a política se institucionalizasse nacionalmente, a partir de 2011. As categorias utilizadas para a análise linguístico-discursiva foram:

- interdiscursividade (Há uma maneira óbvia de caracterizar a amostra global, em termos de gênero de discurso? Que discursos são articulados no texto e como são articulados?).
- o sistema de transitividade (Como as mulheres são representadas e avaliadas? Quais são os tipos de processos predominantes?).

A escolha das categorias foi feita a posteriori, pois foi consequência da análise documental e das questões de pesquisa. Para a análise do sistema de transitividade, utilizou-se a gramática Sistêmico-Funcional em língua portuguesa, inspirada na gramática funcional de Halliday, em língua inglesa (FUZER; CABRAL, 2014), e, para a análise de operação da ideologia, utilizou-se os modos gerais de operação da ideologia de Tompson (2011).

Resultados

O informe publicitário intitulado ‘Mulheres Mil na Rede Federal: caminhos da inclusão’ traz os olhares e as experiências de diversos atores que participaram das iniciativas do Programa Mulheres Mil, que foram desenvolvidas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins, pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI), pela Associação dos *Colleges* Comunitários do Canadá (ACCC) e pelos *Colleges* parceiros.

A responsabilidade pela produção da publicação foi do Ministério da Educação (MEC), sendo disponibilizado na internet para a consulta do público

geral. O seu consumo realizou-se de forma abrangente, sendo objeto de leitura e de análise de gestores, professores, instrutores, servidores técnico-administrativos, participantes do programa, pesquisadores e cidadãos brasileiros que acessam os sites do governo.

A publicação apresenta interdiscursividade híbrida, pois articula o gênero discursivo publicitário, que é cada vez mais utilizado pela administração pública gerencial, como meio de divulgar os resultados de seus projetos e suas políticas, com o subgênero narrativo, que versa sobre os depoimentos dos atores que implementaram o programa, relatando histórias, sentimentos, receios, percepções e ações no Programa Mulheres Mil.

O título da publicação pressupõe que, a presença das mulheres nos Institutos Federais de Educação leva conseqüentemente à sua emancipação e inclusão na sociedade, subentendendo uma progressão lógica de causa e consequência. Essa premissa, desenvolvida ao longo da publicação, parte do pressuposto que o investimento na educação se traduz de forma linear em emancipação e mudança social e econômica para os cidadãos (CAVACO, 2013).

Logo, essa ideia se articula aos discursos da Teoria do Capital Humano e baseia-se também no pressuposto de que os adultos pouco escolarizados não teriam condições de proverem, por eles mesmos, a sua inserção social e econômica e de contribuir para a democracia e para o desenvolvimento do país, como se observa nos excertos 1 e 2.

1. Quando instituições se fundem e pessoas se unem em uma ação sinérgica, o resultado não pode ser outro – mudança de vida dentro e fora do espaço institucional. Foi exatamente isso que o Mulheres Mil nos legou: desenvolvimento social. Hoje são mais de 60 senhoras (marisqueiras e artesãs) do município de Bayeux sentindo-se privilegiadas com o processo ensino/aprendizagem do Projeto Mulheres Mil na Paraíba, e dezenas de professores que nos últimos quatro anos dedicaram momentos preciosos de suas vidas no resgate da dignidade humana de quem vivia à margem da sociedade e no resgate da nossa própria honra (BRASIL, 2011, p. 88).

2. O impacto do Mulheres Mil na vida não apenas das mulheres, mas de toda a comunidade da Vila Verde Lar, foi imenso. Depois de tantos anos afastadas da sala de aula, voltar para os bancos escolares, e ainda por cima frequentar uma instituição como o Instituto Federal do Piauí, fez com que elas resgatassem suas cidadanias. Mulheres sofridas e sem grandes perspectivas de vida. Foi uma revolução: pegar o que ainda restava dessas cidadãs e reciclar, reciclar para que se tornassem verdadeiras cidadãs. É claro que a profissionalização é algo extremamente importante na vida de qualquer pessoa, mas a elevação da autoestima gerada pelo projeto é algo de valor incalculável na vida das mulheres e de suas famílias (BRASIL, 2011, p. 100).

O programa apresenta-se como oportunidade de resgate da dignidade humana e mudança de vida diante da exclusão social e econômica das

mulheres participantes da política. Essa nova realidade é construída por meio do discurso de união e dedicação dos atores, contribuindo para compor um cenário idealizado de sinergia, doação e parceria ao contrário de um quadro de desigualdade social.

As mulheres, por conseguinte, são representadas como ‘privilegiadas’, pressupondo que, a mudança de vida se dá por meio do programa, frutos da parceria e união de agentes governamentais e educacionais. Nesse caso, a representação das mulheres é relacional porque a construção da imagem das mulheres como beneficiárias privilegiadas depende das relações sociais estabelecidas e das posições que os atores sociais ocupam na política (VIEIRA; RESENDE, 2016).

Schneider e Ingram (1997) afirmam que há uma ligação entre as características da população-alvo e a forma como essas populações são tratadas no *policy design*. As mulheres participantes do Programa Mulheres Mil são representadas como grupos dependentes, sendo identificadas com a impotência para a mudança e as adversidades que as condenam à vida de pobreza (mulheres sofridas e sem grandes perspectivas de vida). Os dependentes são vistos como incapazes, por si mesmos, de mudar suas vidas e resolver seus próprios problemas, e é uma construção social defendida pelo Programa Mulheres Mil.

A capa da publicação, por sua vez, é formada por diversas imagens que representam o programa: fotos das mulheres participando das aulas e das formaturas, foto da parceria entre o Brasil e o Canadá, e figuras relacionadas à informática, à ciência, bem como à cozinha, à costura, ao artesanato e à alimentação. Aqui, percebe-se uma ambiguidade de informações, pois ao mesmo tempo que o programa identifica as mulheres com o conhecimento e a tecnologia, também as identifica com o universo doméstico.

Desse modo, as mulheres estão cada vez mais incorporadas ao mercado de trabalho, sem que isso signifique uma transformação na sua relação com o trabalho doméstico (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Esse universo é naturalizado como feminino e influencia a lógica de divisão sexual do trabalho que segmenta as atividades produtivas, associadas ao mercado e as reprodutivas relacionadas aos cuidados com os seres humanos, que vão além da maternidade como fator biológico (MELO; CASTILHO, 2009).

Na leitura visual da capa da publicação, portanto, identifica-se marcas identitárias de gênero que corroboram a análise que se faz do texto. A representação das mulheres, no texto, constrói-se assim: (1) como mãe; e (2) como guerreira. No primeiro caso (excertos 3, 4 e 5), os processos são identificados como relacionais, pois representam as mulheres na sociedade em termos de suas características e identidades:

3. Embora seja um avanço tirá-las da marginalidade social absurda, nós não podemos nos contentar com a inclusão, nós temos que trabalhar pela emancipação dessas pessoas. Emancipação como consciência crítica dessa sociedade desigual, no sentido de torná-las sujeito do processo social e de emancipação, para lhes dar uma autonomia profissional que lhes permita assumir as responsabilidades como mães de família, chefes de família, já que no nosso país há um

número muito expressivo de mulheres que são chefes de família, embora a sociedade reconheça essa responsabilidade e não a valorize como tal. Este projeto tem esses conceitos básicos que o tornam singular. (BRASIL, 2011, p. 5).

4. É um projeto de resgate da cidadania e de busca da igualdade de gêneros. Representa o reconhecimento da importância da mulher na sociedade, de seu papel como mãe, como provedora do lar, como agente de transformação de sua comunidade. Foi necessário fazer com que os parceiros envolvidos no projeto em nível municipal percebessem o projeto como uma mudança de paradigma na comunidade local, com benefícios para toda a sociedade. (BRASIL, 2011, p. 113)

5. Com o Mulheres Mil, elas começaram a ter outra visão; e quando a mulher consegue um benefício não é só para si, tanto que as políticas públicas têm colocado a mulher como beneficiária. A mulher agrega tudo que ela consegue, não só financeiramente, mas valores, visão de mundo e tudo ela agrega e passa para a família” (BRASIL, 2011, p. 150).

Esses três processos são compostos por orações intensivas e identificadoras, pois expressam um substantivo comum como elemento principal (mulheres) e identificadores que são atribuídos ao identificado: mães de família (excerto 3); mãe, provedora do lar, agentes de transformação de sua comunidade (excerto 4), beneficiária (excerto 5).

Os enunciados, portanto, apresentam discursos pautados no essencialismo biológico, que vinculam a mulher ao instinto materno (CHODOROW, 1990), idealizando-a como mãe carinhosa, protetora, que possui um amor incondicional e que, dessa forma, proverá a melhoria de vida de sua família e de sua comunidade, como se percebe no excerto 5, por meio do processo mental cognitivo (começaram a ter), nos quais os experienciadores são as mulheres e o fenômeno, outra visão, e ainda pelo processo material (agrega), em que as mulheres são os atores, e a meta é a família.

Segundo Schneider e Ingram (1997), os grupos dependentes historicamente incluem crianças, mães e pobres. As mães são vistas como pessoas a serem amadas e admiradas, mas que quase não têm presença política ou pública.

A construção social de mães, dessa forma, assume que seu lugar apropriado está relacionado à casa (SCHNEIDER; INGRAM, 1997), contribuindo para a formação de um perfil pessoal incentivado a abrir mão da própria individualidade a favor de uma atuação como integradora das diferenças de seus membros. Considerada mais sensível, em contraposição ao homem, visualizado como combatente e provedor natural, a mulher é visualizada como profundamente eficiente para educar seus filhos e suprimir as carências masculinas (CARVALHO, 2008).

Fato que, expressos no excerto 6, pode-se verificar a partir de orações mentais cognitivas (“Elas passaram a perceber que podem modificar o ambiente de casa, elas só reclamam do marido porque não atentam para os

motivos que levam seus companheiros a terem dificuldades no relacionamento”), sendo classificados como fenômenos: o ambiente de casa e o relacionamento.

6. Fiz um histórico da trajetória da mulher, abordando seu papel na sociedade e como vem evoluindo e assumindo o mercado de trabalho, até porque antigamente elas tinham educação somente para serem donas do lar, cuidar dos filhos. Elas demonstram bastante interesse, porque tem relação com o cotidiano. Começam a comparar o que está sendo abordado na sala de aula com a vida, e a perceber que existe uma forma de convivência entre duas pessoas que pode ser sem agressão, sem violência e sem brigas. Outro fator que sempre tento transmitir é que nem sempre o homem está errado, assim como nem sempre a mulher está com razão. Tudo é uma questão de conversa. Elas passaram a perceber que podem modificar o ambiente de casa, a partir dos conhecimentos que recebem aqui no projeto. Muitas vezes, elas só reclamam do marido porque não atentam para os motivos que levam seus companheiros a terem dificuldades no relacionamento. É por isso que sempre abordamos muito essa questão pessoal, de relacionamento interpessoal em casa com o marido e os filhos. (BRASIL, 2011, p. 42-43).

No segundo caso, a representação das mulheres participantes do programa ocorre também por meio de vocabulário específico (guerreiras, mães guerreiras, mulheres guerreiras):

7. Ao aceitar fotografar o cotidiano das ‘Mulheres Mil’ (mães, donas de casa, trabalhadoras e, acima de tudo, guerreiras), sabia que seria um desafio gratificante, pois em cada casa onde foram realizadas as entrevistas, elas, as guerreiras, ao dar seus depoimentos de vida, emocionavam-se, e nos gestos mais simples as mais belas imagens... O bairro onde centralizamos nossos esforços é um bairro novo e com uma realidade não tão bela como as imagens. A falta de saneamento, as humildes casas, muitas delas com o mesmo padrão (madeira, compensados, latas etc.), foram aos poucos me despertando um olhar mais crítico da dura realidade em que ali viviam dezenas de mães guerreiras que não tiveram oportunidades de estudar, pois tiveram que dar duro na lida da vida, mas que num passe de mágica um projeto poderia mudar sua vida, de seus filhos e de sua família como um todo (BRASIL, 2011, p. 120).

8. Trabalhar com esse programa é muito gratificante; conhecer melhor as histórias de vida de mulheres guerreiras, que mesmo com todas as adversidades sempre nos recebem com um sorriso largo e um abraço carinhoso. É inegável que às vezes passamos por problemas técnicos, visto que tanto a equipe quanto os recursos materiais para a comunicação estão em fase de implementação, mas mesmo assim procuramos atender ao Mulheres Mil com toda a dedicação e empenho (BRASIL, 2011, p. 152- 153).

9. O Mulheres Mil é uma inclusão que gera autonomia para a realidade familiar, que acaba proporcionando uma influência positiva nas gerações da própria comunidade. As alunas podem compartilhar a excelência na área gastronômica do Senac e aplicá-la na comunidade, usar essa tecnologia, esse saber, no cotidiano delas e, a partir dessa vivência, mudar a realidade. Sem dúvida, uma espetacular experiência... Somos agentes de transformação... No caso específico do Mulheres Mil, lidamos com a gastronomia, onde os homens são os melhores. Essa escolha da comunidade pela gastronomia, portanto, traduz o significado do que a mulher tem como formação, desde criança, mas que podemos buscar a mesma excelência dos chefs masculinos. Queremos descobrir novos talentos na área. (BRASIL, 2011, p. 97).

Nos excertos 7 e 8, os grupos verbais são acionados pela presença de orações relacionais intensivas atributivas, que são usadas para representar os participantes da política em termos de suas características e identidades. Nesses dois excertos, as mulheres são caracterizadas nas orações como portadoras (entidade à qual é atribuída uma característica), sendo os atributos, (atribuídos ao portador) os substantivos ‘mães, donas de casa, trabalhadoras e, guerreiras’; aqui, contudo, mesmo que elas estejam representadas de maneira positiva, como trabalhadoras e lutadoras, os grupos dependentes não são altamente valorizados na sociedade moderna. Eles comumente são vistos como merecedores de assistência, pois pressupõe-se que os problemas não são culpa deles no sentido de que eles próprios não podem resolvê-los (SCHNEIDER; INGRAM, 1997).

Desse modo, as populações dependentes são beneficiárias de políticas benéficas, mas menos do que se poderia esperar, dada a magnitude de seus problemas. Isto é, em parte porque sua situação é vista como um produto ‘natural’ de sua falta de capacidade e produtividade (SCHNEIDER; INGRAM, 1997).

No excerto 9, por sua vez, outro aspecto de destaque é a avaliação. Para Fairclough (2003), as avaliações são maneiras particulares de se posicionar diante de aspectos do mundo. Logo, elas são sempre parciais, subjetivas e vinculadas a processos de representações particulares, que podem envolver posicionamentos ideológicos, atuando em favor de projetos de dominação.

Percebe-se nesse excerto um discurso relacionado à dominação masculina, pois avalia os homens como sendo os melhores na gastronomia, apesar de as mulheres terem como formação, desde muito cedo na história, essas habilidades (“...lidamos com a gastronomia, onde os homens são os melhores.... mas podemos buscar a mesma excelência dos chefs masculinos”).

Esse discurso, que se alia à crença que considera a mulher como força de trabalho secundária, contribui para debilitar a sua posição e a confinar as mulheres a um lugar subordinado no mercado de trabalho, tal como tem sido na história da humanidade escrita pelos homens (ABRAMO, 2007).

Além disso, cabe questionar como os atores sociais estão representados no Programa Mulheres Mil pelos agentes implementadores. As mulheres

aparecem como agentes passivados (afetadas pela política), representadas, no discurso, como objetos de intervenção, como percebe-se nas orações do excerto 2 (pegar o que ainda restava dessas cidadãs e reciclar, reciclar para que se tornassem verdadeiras cidadãs), enquanto os Institutos Federais e seus parceiros são representados como agentes ativados, no excerto 9 (Somos agentes de transformação).

Por conseguinte, ao escolherem esses papéis léxico-gramaticais para as mulheres e para os atores implementadores da política, os agentes legitimaram a necessidade de inclusão e transformação social de mulheres desfavorecidas por meio da atuação de instituições educacionais brasileiras e estrangeiras.

A legitimação, dessa forma, operou por meio da racionalização, que consiste em utilizar uma cadeia de raciocínio para justificar um conjunto de relações, e por meio da narrativização, que se baseia na estratégia de reproduzir histórias, no curso de nossas vidas cotidianas, que legitimam relações de dominação fundamentadas nas tradições, nos costumes, nos dotes carismáticos e nos prestígios de pessoas e instituições particulares (VIEIRA; RESENDE, 2016).

Outro modo de operação da ideologia, é empregada mediante a dissimulação, pois aqui, as relações de dominação foram obscurecidas. A eufemização (valoração positiva de instituições, ações ou relações) foi utilizada como estratégia a fim de representar as ações, as instituições e as relações sociais positivamente, suplantando aspectos problemáticos da implementação da política (THOMPSON, 2011).

A unificação, por sua vez, terceiro modo geral da operação da ideologia, de acordo com a abordagem crítica de ideologia de Thompson (2011), foi operada, no discurso político dos agentes implementadores, por meio da estratégia de simbolização e construção de símbolos de identificação coletiva, valorizando a parceria, a sinergia e o sentimento de adesão positiva das mulheres e das instituições educacionais participantes do programa.

Por fim, a reificação, quinto modo geral da operação da ideologia de Thompson (2011), atuou, no discurso, por meio da naturalização, pois os agentes implementadores recorrem aos discursos naturalizados, que atingem o *status* de ‘senso comum’, ao olharem as mulheres principalmente pelo viés da maternidade..

Considerações Finais

O conjunto de discursos identificados na publicação do Programa Mulheres Mil permite explorar as construções sociais, as lógicas e os pressupostos que orientaram a implementação da política. São discursos contraditórios, à medida que almejam emancipar as mulheres desfavorecidas por meio da educação e do trabalho, ao mesmo tempo que, recorrem aos discursos naturalizados, que atingem o *status* de ‘senso comum’ ao olharem as mulheres principalmente pelo viés do sentimento materno.

A análise da construção social das mulheres participantes do programa permite concluir que as representações, vinculadas a elas, definiram as condições que favoreceram a reprodução de valores arraigados na sociedade por meio de cursos vinculados à domesticidade¹, de curta duração, e sem

vinculação com o eixos tecnológicos dos campi dos Institutos Federais de Educação, proporcionando, assim, uma inclusão subordinada e periférica, em vez de oportunizar cursos ligados ao desenvolvimento local e que poderiam aliar a complementação do ensino básico à formação profissional.

Conseqüentemente, a lógica da exclusão permanece no *policy design* da política, visto que os cursos de extensão são intermitentes, pois dependem, na maioria das vezes, de recursos externos específicos, com fins predeterminados, e não estão inclusos como parte obrigatória do ensino técnico profissionalizante, da graduação ou da pós-graduação.

Nota-se, dessa forma, que o problema da falta de trabalho para as mulheres desfavorecidas se tornou mais relevante do que a discussão social e política das desigualdades sociais e de gênero na agenda pública, evidenciando que o papel das ideias, das tradições, das atitudes e das crenças expressas pela sociedade têm importante influência na formação da percepção de problemas específicos nas políticas públicas (JENSON, 1991, JANN; WEGRICH, 2007).

Assim, a construção social atuou de forma decisiva nas estruturas de implementação do Programa Mulheres Mil, haja vista que as relações de poder operaram por meio da construção social do feminino, nos quais os tipos de cursos e a assistência social foram os seus mecanismos. Nesse caso, ao vincularem as mulheres ao sentimento materno, os agentes implementadores ajudam na manutenção dos *status quo* das mulheres participantes do programa, auxiliando na continuidade e na prioridade da oferta de cursos vinculados à domesticidade. Portanto, a implementação do Programa Mulheres Mil foi influenciada pela interação entre o seu desenho, a construção social das mulheres participantes do programa e a construção social dos agentes que a executaram.

Logo, os conteúdos simbólicos podem influenciar muito mais a implementação de políticas públicas, do que os teóricos positivistas de políticas públicas costumam admitir. Por conseguinte, a incorporação da construção social de populações-alvo como parte do *policy design*, ajuda a explicar porque a política pública pode ter algumas vezes um efeito positivo na sociedade e, outras vezes, falhar deliberadamente nos seus propósitos, fracassando na solução de importantes problemas públicos, perpetuando as injustiças e falhando no apoio às instituições democráticas.

Referências

ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de doutorado em sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALTOÉ, André Pizetta; SILVA, Marinete dos Santos. Mulher pode ser cidadã? Uma análise a partir do Programa Mulheres Mil. **Caderno Espaço Feminino**, v. 30, n. 2, p. 6-26, 2017.

1 Esse conceito, no presente estudo, é entendido como um conjunto de emoções sentidas e estão relacionadas à família, à intimidade, à dedicação ao lar, assim como a uma percepção da casa como integradora desses sentimentos (RYBCZYNSKI, 1996).

ARAÚJO, Suede Mayne Pereira. **Mulheres em situação de fragilidade social e o Programa Mulheres Mil: o papel das políticas na perspectiva de emancipação para o trabalho**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (Org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS CORPO Instituto Feminista Para a Democracia e Instituto Patrícia Galvão, 2014, p. 13 - 50.

BERMAN, Paul. The study of macro and microimplementation. **Public Policy**, v. 26, n.2, p. 157 - 184, 1978.

BRAGA, Ana Carolina Falcão. **Projeto Mulheres Mil e gênero: comercialização das pequenas produções das mulheres no setor Santa Bárbara em Palmas - TO**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério da Educação. **Mulheres mil na rede federal: caminhos da inclusão**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Brasília: [s.n.], 2012.

BRASIL. Ministério da educação. **Mulheres mil oferece 100 mil oportunidades de capacitação**. Portal Brasil, Brasília, fev. 2017.

CARPENEDO, Manoela. **Quando a resistência se torna política pública. Analisando a produção de subjetividade (s) nas políticas públicas de equidade de gênero no campo do trabalho**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CAVACO, Carmen. Formação de adultos pouco escolarizados: paradoxos da perspectiva da aprendizagem ao longo da vida. **Perspectiva**, v. 31, n. 2, p. 449 - 477, 2013.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a**



partir da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity**. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. **New labour, new language?** Londres: Routledge, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London; New York: Routledge, 2003.

GOIS, Évelin Lorena Paixão. **Programa Mulheres Mil: interfaces de gênero na capacitação de mulheres para o mercado de trabalho em Palmas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas.

HARGROVE, Erwin. **The missing link**. Washington: The Urban Institute, 1975.

HILL, Michael; HUPE, Peter. **Implementing public policy**: an introduction to the study of operation. London: Sage Publications Ltda, 2002.

HJERM, B.; PORTER, D. Implementation structures: a new unit of administrative analysis. **Organization Studies**, v. 2, p. 211-227, 1981.

HJERM, B. Implementation research: the link gone missing. **Journal of Public Policy**, v. 2, n.3, p.301 - 308, 1982.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas**: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INGRAM, Helen; SCHNEIDER, Anne Larason. Constructing citizenship: the subtle messages of policy design. In: INGRAM, H.; SMITH, S. R. (Org.). **Public policy for democracy**. Washington, DC: Brookings Institution, 1993, p. 68 – 94.

INGRAM, Helen, SCHNEIDER, Anne Larason, DELEON, Peter. Social construction and policy design. In: SABATIER, P. A. (Org.). **Theories of the policy process**. Boulder, CO: Westview Press, 2007, p. 96 – 126.

JANN, Werner; WEGRICH, Kai. Theories of the policy cycle. In: FRANK, F.; MILLER, G. J.; SIDNEY, M. S. (Org.). **Handbook of public policy analysis**:

theory, politics and methods. CRC Press, 2007, p. 43 – 62.

JENSON, Jane. All the world's a stage: ideas about political space and time. **Studies in Political Economy**, v. 36, p. 43 - 72, 1991.

LAGOS, Márcia B. **'Palmas para Mulheres Mil' em comunidades quilombolas: a participação do IFPR - campus Palmas no Programa Nacional de Inclusão Social**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

LIPSKY, Michael. Standing the study of policy implementation on its head. In: BURNHAM, Walter Dean; WEINBERG, Martha Wagner. (Org.). **American Politics and Public Policy**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1978.

MATLAND, Richard. Synthesizing the implementation literature: the ambiguity-conflict model of policy implementation. **Journal of Public Administration**, v. 5, n. 2. p. 145 - 174, 1995.

MAZMANIAN, Daniel, SABATIER, Paul. **Effective Policy Implementation**. Lexington, Mass: Lexington Books, 1981.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. O trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista de Economia Contemporânea**, v. 13, p. 135 - 158, 2009.

MENDES e SILVA, Tássia. **A educação profissional e a política pública mulheres mil: a implementação no âmbito do IFMA em São Luís**. 2015. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão.

NASCIMENTO, Sara Diniz. **Geração de renda para as mulheres: uma avaliação de impactos do Programa Mulheres Mil na ótica das egressas em São Luís MA**. 2015. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva Moreira. **Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: interfaces com a educação e o trabalho**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe.

PEREIRA, Juliana de Souza Augustin. **Programa Mulheres Mil: uma análise no campo das políticas de inclusão do IFSC**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

PRESSMAN, Jeffrey; WILDAVSKY, Aaron. **Implementation**. Berkeley:

University of California Press, 1973.

RIBEIRO, Letícia Érica Gonçalves. **A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, campus de Luziânia**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília.

RYBCZYNSKI, W. Casa. **Pequena história de uma ideia**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SCHNEIDER, Anne; INGRAM; Helen. **Policy design for democracy**. Lawrence, KS: University Press of Kansas, 1997.

SCHNEIDER, Anne; SIDNEY; Mara. What is next for policy design and social construction theory? **Policy Studies Journal**, v. 37, n. 1, p. 103 - 119, 2009.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcos André Barreto. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. Campinas: Unicamp – Núcleo de Estudos e Políticas Públicas - NEPP, 2000.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. O gênero da “nova cidadania”: o programa mulheres da paz. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, n. 2, p. 147 - 164, 2011.

TELES, Fabiene Brito Mendes. **Programa Mulheres Mil: um olhar sobre a inserção das egressas no mundo do trabalho**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Universidade de Brasília, Brasília.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VAN METER, Donald; VAN HORN, Carl. The policy implementation process: a conceptual framework. **Administration and Society**, v. 6, n. 4, p. 445 - 488, 1975.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

Recebido em 09 de julho de 2018.

Aceito em 07 de outubro de 2018.

Elisabete Corcetti, Maria das Dores Saraiva Loreto

